



AMANDA NERY DA SILVA

**EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM NA PRÁTICA DA MONITORIA  
PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO  
SUPERIOR**

AMANDA NERY DA SILVA

**EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM NA PRÁTICA DA MONITORIA  
PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO  
SUPERIOR**

Artigo apresentado ao curso de Pós Graduação Lato Sensu em Formação Docente e Práticas Pedagógicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia-campus Jequié, para fim avaliativo do Componente Curricular “Trabalho de Conclusão de Curso” como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Formação Docente e Práticas Pedagógicas.

Orientador: Prof. Ms. André Luis da Silva Santos

Coorientadora: Profa. Ms. Valdirene Santos Rocha Sousa

Jequié

2021

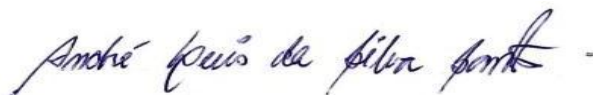
AMANDA NERY DA SILVA

**EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM NA PRÁTICA DA MONITORIA PARA  
ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Artigo apresentado ao curso de Pós Graduação Lato Sensu em Formação Docente e Práticas Pedagógicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- campus Jequié, para fim avaliativo do Componente Curricular “Trabalho de Conclusão de Curso” como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Formação Docente e Práticas Pedagógicas.

Aprovada em 01/06/2021

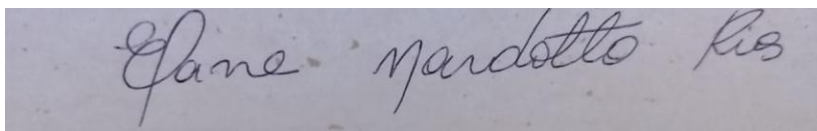
**BANCA EXAMINADORA**



Mestre André Luis da Silva Santos – Orientador e Presidente da Banca Examinadora  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- campus Jequié.



Mestra Valdirene Santos Rocha Sousa – coorientadora. Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia da Bahia- campus Jequié.



Dra. Elane Nardotto Rios – Avaliadora  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- campus Jequié



Verena Santos Andrade Ferreira

Mestra Verena Santos Andrade Ferreira  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- campus Jequié.

Dedico este trabalho aos estudantes com  
deficiência, que nos ensinam sempre.

## RESUMO

Este trabalho discute sobre a atividade de monitoria para estudantes com deficiência. Tem como objetivo analisar como as experiências desenvolvidas através da monitoria de disciplina, junto aos estudantes com deficiência, reverberam na formação profissional dos monitores. Para tanto, refere-se à aprendizagem enquanto pensamento que ocorre quando há encontros com desafios, a educação enquanto formação humana e relaciona com o conceito de experiência como tudo aquilo que deixa marcas de aprendizagem. Trata-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, que leva em conta um contexto específico dentro dessa temática que é mais. Como instrumento para aproximação das informações foi utilizada a entrevista semiestruturada, realizada com discentes monitores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) que exercem/exerceram a atividade de monitoria com estudantes com deficiência também da UESB e que são atendidos no Núcleo de Ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência (NAIPD) da instituição. Identificou-se ações facilitadoras de uma aprendizagem para além do conteúdo, de uma educação a partir da concepção de formação humana, além do impacto positivo das experiências de problematização da aprendizagem para os monitores durante a atividade de monitoria no contato com os estudantes com deficiência. Os monitores concluíram, após o contato e a escuta das vozes dos estudantes monitorados, que essas pessoas são capazes de alcançar os seus objetivos e de avançarem nos seus estudos a partir de ações que promovam a acessibilidade, baseado no respeito às suas individualidades e subjetividades. Além disso, destaca-se o desenvolvimento da compreensão sobre a importância da perspectiva da construção de uma educação inclusiva.

**Palavras-chave:** Monitoria. Experiências de aprendizagem. Pessoa com deficiência. Educação Inclusiva.

## ABSTRACT

This paper discusses the monitoring activity for students with disabilities. It aims to analyze how the experiences developed through discipline monitoring, with students with disabilities, reverberate in the professional training of monitors. To this end, it refers to learning as a thought that occurs when there are challenges, education as a human formation and it relates to the concept of experience as everything that leaves marks of learning. This is a case study, with a qualitative approach, which takes into account a specific context within this thematic that is more. As a tool for approximating information, the semi-structured interview was used, conducted with student monitors from the State University of Southwest Bahia (UESB) who exercise / have exercised the monitoring activity with students with disabilities also from UESB and who are attended at the Inclusive Actions Center for People with Disabilities (NAIPD) of the institution. We identified actions that facilitate learning beyond content, education based on the concept of human formation, in addition to the positive impact of learning problematization experiences for the monitors during the monitoring activity in contact

with students with disabilities. The monitors concluded, after contact and listening to the voices of the monitored students, that these people are able to achieve their goals and advance their studies based on actions that promote accessibility, based on respect for their individualities and subjectivities. In addition, the development of understanding about the importance of the perspective of building an inclusive education is highlighted.

**Keywords:** Monitoring. Learning experiences. Disabled person. Inclusive education.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. EDUCAÇÃO ENQUANTO DIREITO DE TODOS .....</b>	<b>8</b>
<b>2.1 As pessoas com deficiência e seus atravessamentos na educação.....</b>	<b>11</b>
<b>3. EDUCAÇÃO COMO FORMAÇÃO HUMANA E AS EXPERIÊNCIAS: A ATIVIDADE DE MONITORIA.....</b>	<b>12</b>
<b>4. PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>13</b>
<b>5. EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM DA MONITORIA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: IMPRESSÕES E NARRATIVAS .....</b>	<b>15</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>19</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>20</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação nos seus diferentes níveis é um direito inerente ao ser humano. As pessoas com deficiência, sujeitos pertencentes a um grupo historicamente excluído e estigmatizado, devem ter acesso aos espaços de ensino formal, devendo ser garantidas condições de permanência, participação e aprendizagem (BRASIL, 2015). Na educação superior, como Anjos (2011) destaca, as pessoas com deficiência cada vez mais têm estado presentes como estudantes, porquanto, o processo de inclusão dessas pessoas nas universidades precisa ser amplamente discutido.

Dessa forma, é imprescindível a concretização de política de ações afirmativas visando a permanência de sucesso desses estudantes na educação superior. Nesse viés, podemos citar as atividades de monitoria para os estudantes com deficiência como uma dessas ações e que já vêm sendo mencionadas em estudos sobre a acessibilidade e permanência de estudantes com deficiência na graduação.

A função de monitoria acadêmica, que cada vez mais tem sido implantada nas instituições de educação superior, pode ser considerada como uma prática disponível aos estudantes interessados em ter momentos de estudo e aprofundamento dos conteúdos vistos em sala de aula (DE LIMA; SIMÕES, 2018). São diversos estudos referentes à atividade de monitoria, principalmente como iniciação à docência acadêmica, no entanto algumas poucas pesquisas anunciam um estudo mais aprofundado acerca da monitoria para os estudantes com deficiência no nível superior, como por exemplo ao relatar a implementação do Programa de Monitoria da que também foi feito para estudantes indígenas (SANTOS et al., 2016b); e ao discutir a monitoria, que contribui para a permanência do estudante com deficiência na graduação, como uma iniciativa de política de ação afirmativa (SANTOS et al., 2016a).

Para além disso, é uma atividade desenvolvida que pode constituir uma experiência significativa para a formação humana ao discente monitor, em que o sujeito pode mobilizar saberes anteriores, e, por conseguinte, isso influenciar na construção de uma prática profissional respeitosa à diversidade e às diferenças. Então, podemos considerá-la como uma prática potencializadora que pode oportunizar experiências problematizadoras das questões humanas.

No Núcleo de Ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência um setor que atende aos estudantes com deficiência da Universidade Estadual do Sudoeste da



Bahia (UESB), alguns estudantes de graduação desenvolvem a atividade de monitoria, como maneira de acompanhamento e orientação próximos aos discentes com deficiência nas suas especificidades, no tocante aos assuntos específicos de uma determinada disciplina. Essa monitoria pode ser voluntária ou da disciplina, quando um professor disponibiliza um tempo do monitor acadêmico para atender ao estudante.

Diante desse cenário, a partir da concepção de educação como formação humana, que Paulo Freire (1986) afirma ser uma educação emancipadora, e do conceito de experiência afirmado por Jorge Larrosa Bondía (2002, 2011) como tudo aquilo que passa e deixa marcas, pretende-se explorar a temática sobre a atividade de monitoria para os estudantes com deficiência como oportunidade de experienciar, a partir do contato com o outro, uma formação humana para além do conteúdo em sala de aula.

Nesse sentido, a questão de investigação é: Como as experiências na atividade de monitoria para estudantes com deficiência reverberam na formação de discentes na universidade? Partindo do seguinte objetivo: Analisar como as experiências desenvolvidas através da monitoria de disciplina, junto aos estudantes com deficiência, reverberam na formação profissional dos monitores.

Para a realização desta investigação, foi feito um estudo de caso a partir das narrativas de quatro estudantes, que exercem ou já exerceram a atividade de monitoria no NAIPD. Para isso, foi utilizada a entrevista semiestruturada como instrumento para aproximação aos participantes da pesquisa. Iniciaremos com uma discussão teórica sobre a política inclusiva, a concepção de deficiência e a forma como reverbera na prática educativa. O tópico seguinte é sobre a concepção de educação enquanto formação humana e o conceito de experiência, fazendo referência à atividade de monitoria realizada com os estudantes com deficiência. Depois, relata-se sobre o percurso metodológico da pesquisa para em seguida apresentar os resultados a partir da interpretação das informações. Por fim, são apresentadas as considerações.

## **2. EDUCAÇÃO ENQUANTO DIREITO DE TODOS**

Diferente do que muitos pensam, a perspectiva da inclusão se refere a todas as pessoas, não somente as às pessoas com deficiência, é e independentemente de

sua classe, gênero, condição, todos têm direito à educação, “[...] a inclusão é, ao mesmo tempo, motivo e consequência de uma educação de qualidade e aberta às diferenças” (MANTOAN, 2006, p. 24). Ao falar sobre a inclusão dos estudantes com deficiência, é possível afirmar que por muito tempo foram excluídos dos espaços de ensino comum.

A educação das pessoas com deficiência se organizou, inicialmente, numa educação segregadora, com a criação de instituições específicas que recebiam cada pessoa a partir da deficiência, por exemplo, um lugar recebia as pessoas com deficiência visual, outro as pessoas surdas, e assim sucessivamente. No Brasil a primeira instituição direcionada para a educação dessas pessoas foi o Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, que recebia as pessoas com deficiência visual, e em 1857 foi inaugurado o Instituto Nacional de Surdos.

Somente a partir de 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que se começou a apontar o direito das pessoas com deficiência a serem inseridas no sistema comum de ensino (BRASIL, 2008). Em 1988, com a elaboração da nova Constituição Federal, estabeleceu-se no artigo 208, inciso V, o "acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um" (BRASIL, 1988). A Declaração de Salamanca de 1994 foi um marco na discussão sobre a inclusão de todas as pessoas no sistema escolar e a escolarização das pessoas com deficiência em classes comuns de ensino (BRASIL, 1994a). Todavia, a concepção de inclusão afirmada na época ainda era incipiente, dessa forma vigorava a integração, na qual era o sujeito que precisava se adequar ao contexto escolar, e para isso ainda eram predominantes as salas especiais.

Pela LDB de 1996, são assegurados currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender às especificidades de cada sujeito, em qualquer nível de ensino (BRASIL, 1996). Já no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos afirma que:

[...] os preceitos da igualdade, da liberdade e da justiça devem guiar as ações universitárias de modo a garantir a democratização da informação, o acesso por parte de grupos sociais vulneráveis ou excluídos e o compromisso cívico-ético com a implementação de políticas públicas voltadas para as necessidades básicas desses segmentos [...] desenvolver políticas estratégicas de ação afirmativas nas IES que possibilitem a inclusão, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência. (BRASIL, 2007, p. 38-41).

O Decreto nº 6.949, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2009 reforça, no artigo 24, que o acesso à educação superior, das pessoas com deficiência, deve ser garantido sem discriminação e em igualdade de condição (BRASIL, 2009). Diante de toda essa política, já podemos perceber que o acesso e a permanência das pessoas com deficiência nas instituições de ensino são direitos, não podendo ter a sua condição como justificativa para serem excluídas.

Consoante com esse direito, existe a transversalidade do atendimento ao discente com deficiência, no ensino superior ocorre através de atitudes que possibilitem o acesso, a permanência e a participação destes estudantes (BRASIL, 2008). Para tal, precisam ser ações que promovam “[...] acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos” (BRASIL, 2008, p. 17). Assim, pelo Decreto nº 7611/11, as Instituições de Educação Superior precisam ter núcleos de acessibilidade organizados para viabilizar essas ações inclusivas, impedindo que as barreiras não impeçam a formação dos estudantes com deficiência (BRASIL, 2011).

Reforçando todo esse direito, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) determina que deve ser assegurado um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino e avança, no seu artigo 28, em

- II. [...] garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena [...]
- III. [...] atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia [...]
- V. adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino. (BRASIL, 2015).

Portanto, é emergente discutir o processo de inclusão desses estudantes nas universidades, principalmente quando fazemos referência ao quantitativo de estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação presentes nas instituições de educação superior. O levantamento feito pelo Censo da Educação do Ensino Superior do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 2017 ficaram registradas 38.272 matrículas, 0,4% do total (INEP, 2019), isto é um quantitativo maior do que no ano de 2016, que pelo Censo registrou 35.891 matrículas, e menor em

relação ao ano de 2018, com 43.633 estudantes na graduação (ALUNOS, 2019). Constata-se então que é crescente o número de pessoas com deficiência que vem ingressando nas universidades. Como resultado, pensa-se como tem sido a permanência, participação e a aprendizagem desse público nas instituições de ensino superior.

## **2.1 As pessoas com deficiência e seus atravessamentos na educação**

Todas as formas de entender a deficiência, ao longo da história, são constituídas dentro de um contexto histórico, social e cultural de cada época e lugar. De toda essa trajetória, destaco dois momentos: a patologização do termo, que concebia a deficiência enquanto doença, considerando as pessoas incapazes que precisavam ser tratadas (FREITAS, 2007); e a visão social do impacto das barreiras presentes numa sociedade excludente, como conceituado principalmente na LBI (BRASIL, 2015).

Então, a deficiência foi construída pela ciência médica, dentro de parâmetros que definia a dicotomia normalidade/anormalidade, considerando o diferente enquanto um desvio-padrão, era uma clínica e assistencial levada bastante em consideração pelos sistemas educacionais que buscavam alcançar aqueles que queriam (ALCOBA, 2008). Atualmente, a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) define, no seu artigo 2º, que

[...] pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

As barreiras citadas na LBI são referentes a tudo aquilo que, porventura, venha a impedir a participação efetiva da pessoa com deficiência no meio social, bem como o seu proveito e uso dos direitos. Estão classificadas em urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas (BRASIL, 2015). Na formulação do discurso da inclusão, as ações são provenientes de mudanças na sociedade para que esta se torne acessível a todas às pessoas (FREITAS, 2007).

Referente ao que ocorre nos espaços de educação, mais especificamente em sala de aula, Kastrup e Pozzana (2020) afirma que há “[...] todo um campo micropolítico de tensões que emergem nas relações com professores”, ou seja, nessas relações ocorrem tensionamentos, como por exemplo o encontro com os discentes com deficiência. Ainda de acordo com as autoras, “[...] a política cognitiva da invenção configura outro modo de estar no mundo [...] conhecer envolve a abertura da atenção ao presente e inclui a perturbação do saber anterior” (KASTRUP; POZZANA, 2020, p. 36), é nessa política inventiva que os docentes podem mobilizar o saber de antes para justamente a partir daí transformar esse pensar.

No sentido de que “para educar – e para ser educado – é necessário que haja ao menos duas singularidades em contato. Educação é o encontro de singularidades [...] pode promover encontros alegres e encontros tristes, mas sempre encontros” (GALLO, s/a, p. 15), e nesse encontro ambos são aprendizes. Essa educação está a todo momento sendo atravessada pelas diferenças, as relações cotidianas, na sua maioria, também como alternativa para essa política inventiva a educação enquanto formação humana, para além do conteúdo, e assim ser uma possibilidade para refletir sobre o trato com as diferenças e diversidade humana.

### **3. EDUCAÇÃO COMO FORMAÇÃO HUMANA E AS EXPERIÊNCIAS: A ATIVIDADE DE MONITORIA**

Afirmar a educação em interação com a formação humana, em que os participantes desse processo busquem a humanização, é defender o que Freire (1987) conceitua como uma educação libertadora e problematizadora. Em contradição, tem-se a educação bancária, na qual o ensino ocorre através da transferência do conhecimento de maneira unidirecional e verticalizada, do professor para o estudante, esse um ser que serve de depósito de conteúdo (FREIRE, 1987). Diante disso, a formação pode ser pensada a partir de experiências que podem ser oportunizadas nos diferentes espaços de educação.

Experiência é uma palavra bastante utilizada, na maioria das vezes sem uma reflexão do seu real significado, e em outros momentos servindo para indicar um modo empírico de realizar pesquisa experimental (BONDÍA, 2011). De acordo com Bondía (2002, 2011), experiência é tudo aquilo que nos passa, formando e transformando o nosso ser. Logo, o sujeito da experiência é dinâmico e aberto para passar pelos

processos de formação e transformação, é assim que a experiência “[...] ao passar por mim ou em mim, deixa um vestígio, uma marca, um rastro, uma ferida” (BONDÍA, 2011, p. 8). Daí a etimologia dessa palavra, que tem a ver com travessia, percurso, “[...] o verbo “experiência” ou “experimentar”, o que seria “fazer uma experiência de algo” ou “padecer uma experiência com algo”, se diz, em latim, *ex/periri*. E desse *periri* vem, em castelhano, a palavra “perigo”” (BONDÍA, 2011, p. 8). Porquanto, ao nos atravessar, a experiência nos tira de um estado de comodidade, mobilizando quem somos e no que acreditamos.

Reafirmo então que o ato de experienciar pode ocorrer nos diferentes espaços de educação, e nas diferentes práticas de ensino. Por exemplo, na educação superior tem-se a monitoria de disciplina que é desenvolvida pelos discentes, estando prevista no artigo 84, da Lei 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), enquanto tarefa de ensino e pesquisa (BRASIL, 1996).

Como afirma Nunes (2007), as experiências durante a graduação têm significativa influência na formação do estudante. Sobre a monitoria acadêmica a autora ainda declara que:

[...] tem se mostrado nas Instituições de Educação Superior (IES) como um programa que deve cumprir, principalmente, duas funções: iniciar o aluno na docência de nível superior e contribuir com a melhoria do ensino de graduação. Por conseguinte, ela tem uma grande responsabilidade no processo de socialização na docência universitária, assim como na qualidade da formação profissional oferecida em todas as áreas, o que também reverterá a favor da formação do futuro docente. (NUNES, 2007, p. 46).

Como consequência dessa relação socializadora, em que o conhecimento é compartilhado, pode-se afirmar então que:

Visto como um instrumento para trabalhar com a diversidade em sala de aula, no âmbito universitário, a monitoria proporciona uma contribuição no sentido de que possibilita que as novas formas de saber, fazer e ensinar instiguem mudanças no contexto da população discente, levando a uma aproximação maior do que se denomina escola democrática, e assim busque atender às novas exigências da sociedade. (NASCIMENTO; BARLETTA, 2011, s/p).

Nesse sentido, os sujeitos inseridos podem construir conhecimentos acerca do mundo, das pessoas, por meio do contato com o outro, mobilizando saberes anteriores.

#### 4. PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico seguiu pela via da pesquisa qualitativa, tendo em vista que “[...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2007, p. 21), ou seja, realidades que não devem ser quantificadas por se tratar de relações e representações humanas.

Dentro das diferentes formas que a pesquisa qualitativa pode ter, este trabalho é um estudo de caso. Nele busca-se compreender a complexidade da realidade de um determinado cotidiano, podendo recorrer aos diferentes sujeitos com perspectivas variadas relacionadas ao contexto da sua pesquisa; o investigador também pode se aproximar de informações que podem estar associadas a outras situações parecidas, das quais aquele(a) que estiver lendo pode encontrar identificações (ANDRÉ e LUDKE, 1986).

Dentre as técnicas que podem ser adotadas para a aproximação dos participantes da pesquisa para tomar nota das informações necessárias à investigação, utilizou-se a entrevista. Gil (2010) conceitua esse instrumento como um diálogo entre o pesquisador, que busca compreender a realidade e o contexto do ambiente de pesquisa, e a pessoa inserida nesse cotidiano. Ela será do tipo informal, pretendendo a “[...] obtenção de uma visão geral do problema pesquisado” (GIL, 2010, p. 111).

Neste cenário, da monitoria para os estudantes com deficiência, os participantes da pesquisa foram três discentes da universidade, dois do curso de licenciatura em Matemática e um do curso de bacharelado em Sistemas de Informação, e outra que concluiu o curso de licenciatura em Ciências Biológicas, todos já desenvolveram a monitoria com os estudantes atendidos pelo NAIPD.

Por conta da pandemia da Covid-19, uma doença causada pelo coronavírus que é transmitido pelo simples contato com pessoas contaminadas, tendo facilidade na contaminação e podendo ocasionar a morte, várias atividades presenciais foram suspensas, como forma de evitar aglomerações. A UESB adotou como retorno para as atividades do semestre a Educação Online, também o trabalho remoto para os docentes, técnicos e administrativos. Portanto, as entrevistas também foram realizadas de forma remota, utilizando dos aparatos tecnológicos, como forma de manter a segurança dos participantes sem a necessidade de haver qualquer contato físico. A aplicação do roteiro de entrevista ocorreu da seguinte forma: foram gravados

*Podcasts* via bate-papo no aplicativo *WhatsApp*, que consiste na gravação de áudios que poderão ser ouvidos em qualquer momento; assim, os participantes foram contatados enviando a pergunta por áudio e recebendo a resposta da mesma forma.

Vale ressaltar que, como se trata de uma pesquisa que envolve seres humanos, é fundamental atentar-se aos fundamentos éticos e científicos. Logo, a pesquisa precisou passar pela análise do Sistema CEP/CONEP, composto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), presente no estabelecimento do qual a pesquisa será desenvolvida; e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), uma instância ligada ao Conselho Nacional de Saúde/MP (BRASIL, 2012), e obteve aprovação através do parecer 4.524.910.

A fim de preservação da imagem dos participantes da pesquisa, serão identificados por nomes fictícios, sendo que a escolha dos nomes se deu de forma aleatória. Foram duas mulheres, uma estudante do curso de Licenciatura em Matemática, com o nome Violeta dos Santos, e outra já formada do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas com o nome Rosa Souza. Os outros dois participantes, um do curso de Licenciatura em Matemática que será chamado pelo nome Vitor Ferreira, e o outro, do curso de Sistemas de Informação pelo nome de Ravi Carlos.

## **5 EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM DA MONITORIA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: IMPRESSÕES E NARRATIVAS**

A atividade de monitoria, investigada neste trabalho, é desenvolvida junto aos estudantes com deficiência da UESB. A universidade conta com o Núcleo de Ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência (Naipd), um setor

criado com o objetivo de fazer com que os impedimentos e as barreiras ainda existentes não impeçam a aprendizagem e uma participação efetiva dos estudantes com deficiência no ensino superior, desenvolvendo ações inclusivas que garantam o cumprimento dos direitos de acesso ao conhecimento e também de permanência. (SILVA; CORREIA; PONTES, 2019).

O Decreto 7611/11, quando dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado, consolida a criação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior, visando “[...] eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (BRASIL, 2011).



Os discentes da UESB atendidos no Núcleo podem contar com o apoio de monitores de disciplina. Esse monitor é um estudante de graduação que já tenha cursado a disciplina, que precisa passar por um processo seletivo que ocorre no respectivo Departamento, conforme edital de inscrição lançado semestralmente no site da UESB; pode ser também uma monitoria voluntária, com estudantes que já cursaram e tenham afinidade com a respectiva disciplina curricular. Entende-se que a monitoria não deve substituir o papel do docente em sala de aula, sendo o discente monitor um mediador no processo de ensino e aprendizagem do estudante que estiver cursando a respectiva disciplina, podendo ele rever o que foi trabalhado em sala de aula (DE LIMA; SIMÕES, 2018). É uma prática que se consolida objetivando a melhoria nesse processo (DANTAS, 2014).

A monitoria aos estudantes com deficiência é uma condição oferecida como forma de garantir o sucesso e permanência dos estudantes com deficiência no meio acadêmico, que precisam ter as suas especificidades reconhecidas no sentido de que possam ter acesso ao conhecimento em comum a todos, consolidando-se enquanto uma ação inclusiva. No entanto,

[...] não podemos ver o programa de monitoria apenas como um meio de auxílio apenas ao discente com deficiência, e sim devemos considerar que o aluno apoiador (monitor) tem por meio desse programa inúmeras oportunidades de aprendizagem. (SANTOS et al., 2016a, p. 3).

Esse tipo de monitoria que se consolidou, já consta no Edital 020/2021, de abertura de inscrições para seleção de monitoria de disciplina da UESB, como uma das atribuições do monitor que:

O monitor de disciplinas cursadas por, pelo menos, um aluno com deficiência, deverá dedicar o total de 02 (duas) horas, dentre as 12 (doze) horas semanais exigidas, para participar de minicurso ou oficina sobre inclusão de pessoa com deficiência no ensino superior e para a execução de atividades previstas em plano de monitoria, junto a esse (s) discente (s) matriculado(s,) devendo contar com o apoio e suporte dos profissionais especializados que atuam no NAIPD. (UESB, 2021).

De acordo com os participantes da pesquisa, as monitorias ocorriam no Naipd. Ravi Carlos informou que além de ocorrer no Núcleo, também marcava encontros coletivos fora do Núcleo, em que a estudante com deficiência se juntava com os colegas para o estudo coletivo, “Foi uma coisa proveitosa para que ela não tivesse apenas a experiência de monitoria isolada no Naipd, para que ela também tivesse

experiência em conjuntos com os alunos”, ele destacou também a importância das orientações dos profissionais do Núcleo, “[...] me deixaram bastante tranquilo”. Violeta dos Santos e Vitor Ferreira ressaltaram a presença dos intérpretes de Libras para mediar a comunicação com os estudantes surdos.

Inseridos nessa realidade, dialogando com os discentes, contando com o apoio dos profissionais que atuam no AEE, os monitores puderam deslocar sua visão acerca da pessoa com deficiência. Por exemplo, Vitor Ferreira relatou o seguinte sobre como era marcada a imagem da pessoa com deficiência para ele e de que forma foi mobilizado após a experiência da monitoria, do encontro com o outro:

Assim, inicialmente eu imaginava que era muito difícil ou impossível determinadas coisas, como por exemplo comunicar com o surdo, ou a comunicação era limitada o suficiente para você colocar quase como inexistente. Depois você vê que não, que não é bem assim que você pode sim comunicar com a pessoa surda e ela tem total capacidade de se estabelecer no meio social, isso você externa essa ideia para o cadeirante, para pessoa com deficiência visual, sempre é possível! (VITOR FERREIRA, 2021).

Parece que os monitores tinham uma ideia dessa pessoa enquanto incapaz, sem tantas possibilidades de estar no meio social, nos diferentes espaços e em interação com todos, após o contato e de escutar as vozes dos estudantes com deficiência, essa perspectiva se torna conflituosa, e é mobilizada para passar a perceber as possibilidades que essas pessoas tem de alcançar os seus objetivos, de estarem na universidade e demais espaços. Leva-se em consideração as experiências da deficiência que, de acordo com Martins (2005), reforça uma perspectiva anunciada pelas pessoas com deficiência, em que através das suas experiências elas podem confrontar e reivindicar os seus espaços, isto é, as ideias dos monitores foram mobilizadas não por se colocarem no lugar da pessoa com deficiência, mas por vê-las em ação, estarem próximos a eles e ouvir sobre as suas experiências.

Esses momentos de problematização deram lugar a uma “[...] abertura da atenção ao outro e também de uma atenção a si [...] pequenos gestos de abertura da atenção e possibilitando novas percepções” (KASTRUP; POZZANA, 2020, p. 40-41), nesse lugar apresentado, rompe-se com a ideia de hierarquização do quem seria considerado capaz ou incapaz, todos são seres potentes.

Abaixo são apresentadas algumas falas dos participantes acerca das experiências de aprendizagem, que como já vimos mobilizam o sujeito da experiência:

[...] as monitorias no núcleo abriram muito meu pensamento para isso, na questão da adaptação, da metodologia, da didática em sala e tudo mais. (VIOLETA DOS SANTOS, 2021).

[...] depois que eu tive contato com a pessoa com deficiência eu consigo entender bem melhor a forma com que eu posso tentar ensinar a ele, mostrar a ele o caminho diferente do que era antes. (VITOR FERREIRA, 2021).

Me ajudou a ter um olhar mais aberto, mais amplo sobre a educação inclusiva de como saber trabalhar com esses discentes. (ROSA SOUZA, 2021).

A experiência de monitoria foi muito proveitosa, de forma geral [...] me ensinou a ser paciente, a estudar melhor [...] a questão da gratidão, a gratidão dos alunos para com você, ver que os alunos que você ajudou se saíram bem numa prova, compartilho desse sucesso [...] acho que todos os alunos deveriam fazer ao menos uma monitoria durante a vida acadêmica. (RAVI CARLOS, 2021).

A atividade de monitoria possibilitou aos participantes a compreensão da perspectiva da construção de uma educação inclusiva, a de “[...] tornar reconhecida e valorizada a diversidade como condição humana favorecedora da aprendizagem” (PRIETO, 2006, p. 40), e nisso compreender o reconhecimento das diferenças para ter práticas que irão promover a aprendizagem e uma participação social, a partir de uma compreensão de justiça social e garantia de direitos (MANTOAN, 2006). Ravi Carlos mostra a sua visão de uma forma geral sobre a monitoria, refere-se não somente aos encontros com a discente com deficiência, reforçando a importância que teve para a sua formação: “[...] este programa, faz com que o monitor desenvolva atividades voltadas à docência e esteja em contado direto com o público de alunos, contribuindo assim, para sua aprendizagem” (DE LIMA; SIMÕES, 2018).

A oportunidade de exercer a monitoria ofereceu aos monitores e monitores aprendizes que talvez não teriam em sala de aula. Os mesmos afirmaram que nos cursos de graduação somente tem a disciplina de Libras como obrigatória, por conta do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, em que o Capítulo II trata sobre a inclusão da Libras como componente curricular (BRASIL, 2005), não havendo mais propostas no currículo para discussão do processo de inclusão dos estudantes com deficiência.

[...] as monitorias no núcleo realmente me deram muita base para isso, porque o meu curso, apesar de ter apenas uma matéria de educação especial que é a libras, ele não dar todo suporte para essa questão da adaptação, para essa visão que o núcleo dá. Então, independente da

área que eu for seguir eu sei que a minha visão na prática vai ser para atender esse aluno e que ele consiga esse êxito de cem por cento. (VIOLETA DOS SANTOS, 2021).

Com o crescente quantitativo das pessoas com deficiência nos diferentes níveis de ensino, penso o quanto é emergente pensar no processo de ensino e aprendizagem desse público, de que forma tem se efetivado sua participação. O encontro com as diferenças nos tira de um lugar de conforto, a proposta da educação inclusiva é da imprevisibilidade e da multiplicidade (MANTOAN, 2006). Nos diferentes espaços de educação são manifestadas essas imprevisibilidades, nada é estático, além do mais todos podem aprender, estar nesses espaços é um direito, todos têm anseios e desejos que devem ser levados em consideração e respeitados.

## **6 CONSIDERAÇÕES**

Com este trabalho foi possível apontar uma possibilidade de experiência de aprendizagem para além da sala de aula e que se configura como uma condição de permanência do estudante com deficiência na educação superior. É emergente que a educação, para além da perspectiva conteudista, dialogue com a formação humana, e quando nos referimos ao processo de ensino e aprendizagem no nível superior, esse diálogo deve ocorrer principalmente no sentido da formação de profissionais que deverão garantir um atendimento apropriado para que haja inclusão social e respeito às diferenças.

Os participantes da pesquisa vivenciaram momentos durante o processo de monitoria que não conseguiriam ter somente em sala de aula, o que reforça o alcance da educação como formação humana somada ao potencial dessas experiências. Foram aprendizagens necessárias, ressignificação do olhar para com as pessoas com deficiência, principalmente porque as barreiras atitudinais impedem que as pessoas com deficiência realizem os seus desejos e estejam presentes nos diferentes espaços.

O contato com os estudantes com deficiência na trajetória de formação dos monitores, fez e vai fazer diferença no trajeto profissional de cada um, nas atitudes e cumprimento das suas funções, visando o respeito para com as diferenças que cada pessoa carrega em si. Foi possível que os monitores ampliassem o seu olhar acerca do processo de inclusão dos discentes com deficiência nos espaços educacionais,

compreendendo que, ao exercer a docência, haja uma aproximação para atender as especificidades de cada discente na metodologia adotada em sala de aula.

Para a construção dessa pesquisa, o diálogo aconteceu com os monitores(as) para alcançar o objetivo de perceber como a experiência da monitoria afeta a formação deles(as), todavia, entendendo que nada é inconcluso e acreditando nas aberturas possíveis de uma pesquisa, ouvir os discentes atendidos pela atividade de monitoria e os próprios docentes das respectivas disciplinas monitoradas seria outra aproximação para problematizar questões que essa atividade exercida pode afetar. Por exemplo, a construção dos currículos dos cursos de licenciatura, no sentido de haver discussões em sala de aula que possibilitem a construção de um olhar sensível no trato à diversidade de futuros professores, podendo até mesmo abranger para os cursos também de bacharelado e na área de saúde; outra questão é como essa monitoria, vista dentro de um contexto curricular, impacta na aprendizagem dos estudantes atendidos, ou até mesmo perceber de que forma as experiências com os estudantes em sala de aula tencionam a prática docente.

Tudo isso entrelaçado ao movimento de perceber que o desafio da acessibilidade para todos os estudantes, principalmente para os que possuem alguma deficiência, na educação superior perpassa pelo envolvimento da universidade em suas diversas instâncias, e pensar nas pessoas com deficiência na educação básica é pontuar também sobre a formação dos profissionais que lá estão e que passam pela universidade.

## REFERÊNCIAS

ALCOBA, S. A. C. A inclusão de alunos com deficiência na Universidade: o desafio pedagógico. In: V Seminário de Educação “Sociedade Inclusiva”. **Anais...** Belo Horizonte: Puc Minas, 2008.

ALUNOS com deficiência ainda são 0,5% no ensino superior. **Educageral**, 2019. Disponível em: <<https://www.educageral.com.br/geral/alunos-com-deficiencia-ainda-sao-05-no-ensino-superior/>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

ANDRÉ, M. E. D. A.; LUDKE, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.  
BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado, 1996.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de ago. de 2009. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Brasília: DF, 2009.

BRASIL. Decreto n. 7.611, de 17 de nov. de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**, 2011.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Senado, 2015.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, 2002.

BONDÍA, J. L. Experiência e Alteridade em Educação. **Reflexão e Ação**, v. 19, n. 2, p. 04–27, 2011.

DE LIMA, J. E. C.; SIMÕES, A. S. DE M. a Monitoria Como Ferramenta Didático-Pedagógica No Processo De Ensino/Aprendizagem Nos Cursos De Graduação. **Congresso Nacional de Pesquisa e ensino em Ciências**, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: [s.n.].

FREITAS, M. N. C. Concepções de deficiência. In: **A inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras: um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho**. 2007. Tese (Doutorado em Comportamento humano nas organizações) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

GALLO, S. Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença. s/d.

KASTRUP, V.; POZZANA, L. Encontros com a deficiência na universidade: deslocando o capacitismo em oficinas de formação inventiva. In: **Mnemosine**, v. 16, n. 1, p. 33-52, 2020.

MARTINS, B. D. G. de S. A angústia da transgressão corporal: a deficiência assim pensada. In: **Oficina do CES**, v. 237, 2005.

NASCIMENTO, F. B.; BARLETTA, J. B. O olhar do docente sobre a monitoria como instrumento de preparação para a função de professor. **REvista Cereus**, n. 5, p. 2011–2175, 2011.

NUNES, J. B. C. Monitoria acadêmica: espaço de formação. **A monitoria como espaço de iniciação à docência: possibilidade**, p. 45–58, 2007.

SANTOS, A. DOS R. et al. A Importância do Aluo Apoiador no Processo de Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino Superior. **III Congresso Paraense de Educação Especial**, 2016a.

SANTOS, Â. R. DOS et al. Ensino De Graduação E Inclusão Social: Uma Experiência Do Programa De Monitoria Da Ufopa. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 26, n. 2, p. 53–73, 2016b.

SILVA, A. N. da; CORREIA, E. O.; PONTES, I. S. A inclusão da pessoa com dislexia na educação superior. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 926-936, maio, 2019.